

SESSÕES DO PLENÁRIO

72ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (54)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Ângela Sousa comunicando, que devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 15/04/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Concedo a palavra ao deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, quero solidarizar-me com as populações das localidades de Rio Grande, Ourives, Cações, Mutá e Pirajuí, no Município de Jaguaripe, como também com a população do Município de Salinas das Margaridas, que é o ponto final da BA-534, que liga o município à BA-001.

As pessoas que utilizam esse trecho têm sofrido por causa de mais um dos efeitos maléficos das obras paralisadas do Estaleiro do Paraguaçu. As empresas que construíam o estaleiro repentinamente paralisaram as obras.

Circulavam pela BA-534 cerca de 500 caçambas transportando areia por dia, e carretas articuladas, transportando equipamentos gigantescos e quantidades enormes de materiais e ferramentas para a construção do estaleiro, que, ao fim, foi uma decepção para todos, nós baianos, porque as obras foram paralisadas.

Os veículos pesados que passavam por lá destruíram completamente a rodovia, que dava possibilidade de serviços àquela população.

Para nossa surpresa ainda maior, e quero chamar a atenção do deputado Pedro Tavares, que tem feito o levantamento das obras, das estradas que precisam de recuperação pela Bahia afora, em janeiro de 2014 o ex-governador Jaques Wagner, foi à localidade assinou a ordem de serviço de recuperação da estrada, onde foi colocada uma placa na qual o governo do Estado se identificava com a paternidade da obra.

Ao lado da placa do governo do Estado, meu querido deputado Pedro Tavares, foi colocada uma placa do Banco do Brasil, informando que o banco era a instituição que financiava a obra, que parou por falta de recursos. Como é que uma obra financiada por uma instituição financeira como o Banco do Brasil para por falta de recursos?

Isso me parece mais um exemplo de uso da máquina para ganhar a eleição, exemplo do que chamamos de enganar o eleitor, de forma tendenciosa, com a ilusão de obras fictícias.

Da mesma forma, a população da Cidade de Jaguaripe ganhou de presente uma estrada asfaltada, meu caro Pedro Tavares – que lá se fez presente, dentre outras autoridades, como o ex-governador do Estado, para inaugurar aquela obra, e com menos de 2 anos parece que as pessoas estão pisando no solo lunar, a estrada está cheia de crateras. Essas crateras nos possibilitam observar que a largura do asfalto talvez seja o dobro de um pedaço de papelão. São situações que não podemos continuar a viver em nosso Estado.

Podemos citar uma série de estradas estaduais que estão com seus tráfegos praticamente impedidos por força da falta de manutenção daqueles equipamentos públicos. O pior é que ninguém tem a quem reclamar. Antigamente ainda tínhamos o Departamento de Estradas e Rodagem da Bahia; hoje não temos mais e não sabemos nem em que porta bater.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pedro

Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr^{as} e Srs. Deputados, o Brasil hoje enfrenta sérias dificuldades. A presidente da República vê a sua popularidade cair a cada dia, fruto de um estelionato eleitoral, deputado Sandro Régis, deputado Carlos Geilson.

A presidente prometeu muito durante a campanha, mas depois que tomou posse fez o contrário, mudou o discurso. Foi um discurso eleitoreiro para ganhar a eleição. Aqui na Bahia o PT seguiu o mesmo caminho, o caminho da promessa, o caminho do discurso fácil para tentar tirar dividendos eleitorais.

Deputado Hildécio Meireles, V.Ex^a mostrou uma obra que foi anunciada pelo ex-governador, e essa obra não foi iniciada. Deputado Sandro Régis, líder da Oposição, eu gostaria de falar de um município importante do nosso Estado, o município de Jacobina. No dia 28/08/2014, ou seja, no período eleitoral, faltando pouco mais de um mês para a eleição de 2014, o ex-governador foi a inauguração de um frigorífico no município de Miguel Calmon, e lá assinou uma ordem de serviço para construção do mercado produtor de Jacobina. A ordem de serviço está aqui, ordem assinada pelo então governador Jaques Wagner prometendo a construção do mercado produtor de Jacobina.

Passou a eleição, deputado Sandro Régis, o PT teve os votos, a população acreditou nas promessas do ex-governador, acreditou nas promessas do governo do Estado; passou a eleição, cadê a obra? Cadê o mercado do produtor de Jacobina?

Uma ordem de serviço assinada em pleno horário eleitoral, em plena campanha eleitoral. E eu pergunto, cadê o mercado do produtor? Eu pergunto ao governador Rui Costa que, assim que tomou posse, foi ao município de Jacobina; chegando lá, uma comitiva de vereadores entregou o ofício ao governador Rui Costa, meu caro deputado Carlos Geilson. Neste ofício constava o seguinte pleito, a construção do mercado do produtor de Jacobina. Logo depois, o governador encaminhou esse pleito para o seu secretário, e a assessoria do secretário encaminhou para a Câmara Municipal um ofício dizendo que, para a construção do mercado do produtor, no município de Jacobina, “não dispomos de dotação orçamentária”.

Como pode, durante o período eleitoral, em 28 de agosto de 2014, o ex-governador lança essa obra, assina a ordem de serviço, e, logo depois, não tem dotação, acabando a eleição, não existe dotação. Pelo amor de Deus!

Não é essa a Bahia que eu sonho, não é essa a Bahia que os baianos sonharam. Isso que tem acontecido em Jacobina é um verdadeiro absurdo. Aliás, Jacobina não tem tido uma atenção especial do governo do Estado. O esgotamento sanitário que foi anunciado pela Embasa está paralisado, as ruas estão totalmente esburacadas. Cadê o policiamento dos distritos de Jacobina? Jacobina sofre com a violência! Cadê? Não houve aumento do efetivo policial. As estradas estão totalmente esburacadas. Quem tem de passar pela BA-144, que liga o município de Morro do Chapéu a Lages do Batata, em Jacobina, tem de enfrentar uma estrada totalmente esburacada.

A cidade de Jacobina, deputado Herzem Gusmão, que agora receberá uma faculdade de Medicina, a qual movimentará a economia do município e transformará a cidade num grande polo de educação, precisa da ajuda do governo do Estado. Infelizmente, o povo de Jacobina não está tendo essa ajuda do governo do Estado.

Então, fica aqui a minha cobrança ao governo estadual para que dê uma posição à população de Jacobina. Cadê o Mercado do Produtor de Jacobina que foi anunciado durante o período eleitoral? E o governo, depois de eleito, fecha os olhos e dá as costas para o município.

Muito obrigado, Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Marquinho Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, caros colegas deputados, venho à tribuna, nesta tarde de hoje, para agradecer ao nosso governador Rui Costa e ao diretor-geral da Bahia Pesca, na pessoa do diretor-técnico Cláudio, cuja equipe fez uma avaliação nos municípios de Barra da Estiva, Ituaçu e Ibicoara e percebeu que nessas localidades a agricultura familiar é forte.

Inclusive, está aqui presente o nosso amigo e deputado, Eduardo Salles, que conhece a região e sabe que naquela região a agricultura familiar é muito forte. Ele se disponibilizou, no último final de semana, a entregar comigo, naqueles municípios, aos produtores da agricultura familiar os alevinos. Em Barra da Estiva foram mais de 100.000 alevinos, em Ituaçu mais de 50.000 e em Ibicoara também. Isso ajuda a fortalecer o cultivo do morango, que foi iniciado na época do então secretário Eduardo Salles, o qual nos ajudou muito. Iniciamos com 50 produtores de morango e, hoje, temos lá quase 350 pequenos produtores.

Então, nobre presidente, quero dizer que, hoje em dia, todos sabem que ninguém tem emprego para oferecer na prefeitura dos municípios, mas o administrador, o gestor tem de fazer diferente. Ele tem de buscar parcerias com o governo do Estado, com o governo federal. Lá o Sebrae está muito forte com a gente. Barra da Estiva, hoje, tem quatro agências bancárias: Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Bradesco. Isso ocorre, porque o dinheiro gira e todos produzem, garantindo o sustento da família.

Estava comentando com Cláudio, ex-prefeito de Itapebi e diretor-técnico, que, hoje, em Barra da Estiva, o plantio de morango em meio hectare de terra, em 5.000 m² rende ao pequeno produtor cerca de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00 por mês. Então, essa é uma alternativa, e, hoje, ninguém mais em Barra da Estiva quer ser funcionário da prefeitura. Além disso, em Barra da Estiva, na parte de Ituaçu e de Ibicoara, todos têm um pedacinho de terra, todos produzem café, morango e maracujá. Isso faz parte de um trabalho desenvolvido desde 2005, época em que dona Lúcia foi prefeita, a qual cumpriu os oito anos. Agora, Adriano Pires está cumprindo também mais quatro anos. Quero ainda parabenizar o prefeito de Ituaçu pelo o apoio ao disponibilizar toda a sua equipe técnica também para receber esses alevinos. Já havia comprado 50 mil e, agora, comprou mais 50 mil.

Então, deputado Eduardo, isso soma à agricultura familiar, que hoje tem o morango, o maracujá e o café, além de outro segmento de atividade da população, que é a criação de peixes. É por isso que o dinheiro circula nesses municípios, e eu não tenho problema na minha eleição de estar comprando o voto de ninguém. As

peessoas votam no trabalho e estão vendo que o deputado está vendo os problemas e levando investimentos e condições de trabalho para o pequeno produtor, em especial os da agricultura familiar.

Levei os deputados Gika e Vitor Bonfim a Barra da Estiva. O deputado Gika, que não conhecia a região, pôde ver que Barra da Estiva é um município promissor.

Para concluir a minha fala, quero dizer que estive em 3 ou 4 audiências com o Dr. Otto Filho, presidente da Desenhahia, e lá pude perceber que é um jovem competente, que não está naquele órgão porque é filho do senador Otto Alencar, grande político do Estado, mas por desempenhar bem a sua função. O presidente da Desenhahia assinou operações de crédito com o município de Coribe, no valor de R\$ 1 milhão e 300 mil, com Barra da Estiva, R\$ 1 milhão, com Livramento e diversos outros municípios, está tudo quase pronto. Parabéns para o Dr. Otto Filho!

Quero comunicar, nobre presidente, que está tramitando nesta Casa uma indicação nossa, pedindo ao governador a retirada da taxa para análise de projetos. Peço, também, ao Dr. Otto Filho, que retire a taxa cobrada para análise dos projetos. Hoje, os municípios estão em dificuldades, o único dinheirinho que têm vem da Desenhahia, mas é cobrada uma taxa de 1% do valor do projeto apenas para uma empresa cadastrada analisar. Em Barra da Estiva, 1% de R\$ 1 milhão corresponde a R\$ 10 mil; em Ituaçu, com R\$ 3 milhões, 1% corresponde a R\$ 30 mil, numa dificuldade dessas! Isso é empréstimo, então o município já paga aquela taxa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Concluindo, Sr. Presidente.

Parabenizo o Dr. Otto Filho por sua atuação, mas gostaria de comunicar que há uma indicação nossa nesta Casa solicitando a retirada dessa taxa, porque os municípios estão em dificuldades.

Muito obrigado pela tolerância, nobre presidente em exercício, nobre chefe e dono do município de Campo Formoso.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos e, depois, o deputado Gika.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho, mais uma vez, à tribuna desta Casa, para chamar a atenção dos colegas, principalmente da Mesa Diretora, para um aspecto que é a razão da minha angústia neste tempo em que estou nesta Casa: o papel real que o Poder Legislativo precisa exercer na composição dos Poderes, na composição da democracia.

Passado um semestre, vejo que projetos de deputados nem sequer foram apreciados. Apresentamos uma emenda constitucional, com 49 assinaturas, para que se mudasse a triste realidade de que os parlamentares não podem legislar. Esta é a realidade da nossa Casa! Nós, parlamentares, não temos o poder legal de iniciativa de projeto de lei.

Eu vi com tristeza – porque reafirma aquilo que é motivo da minha angústia, a total nulidade da presença de nós, parlamentares – a declaração do governador Rui Costa, hoje, em seu programa, ao tratar de um assunto de extrema importância para a

Bahia no que se refere aos consórcios municipais.

Sou municipalista convicto. Fiz e construí a minha vida profissional no municipalismo como assessor de entes públicos. Fui prefeito durante 8 anos. Sei da importância de ser municipalista. Sou defensor e entusiasta dos consórcios municipais como a busca de uma das soluções para a problemática dos municípios.

Aqui desta tribuna, por diversas vezes, já cobrei o entendimento e o respeito a esta Casa das regras que se estabeleciam e que estão a se estabelecer sobre os consórcios municipais de saúde.

O governador já se reuniu com prefeitos, já definiu as regras, já disse qual é a participação de cada prefeitura, já disse qual é a participação do Estado, já estabeleceu a forma de funcionamento, a forma de empreendimento, a forma de atendimento.

E, hoje, para minha surpresa e para minha tristeza, meus caros colegas, o governador foi ao rádio e à televisão, em seu programa semanal, dizer que está encaminhando à Casa Legislativa do Estado da Bahia um projeto de lei para disciplinar esses consórcios municipais e essas parcerias.

Bem, vejam, o governador disse isso como se fosse algo que já não estivesse implantado, algo que ele já não impôs aos prefeitos e à população da Bahia sem ouvir esta Casa. E, mais uma vez, vamos assistir, aqui, lamentavelmente, à aprovação de um projeto de lei oriundo do Executivo que vem aqui, apenas, para dizermos sim, porque o governador possui a maioria dos parlamentares desta Casa.

Este projeto, sequer, passará pelas Comissões de Constituição e Justiça e as demais temáticas tão necessárias para se aprimorar o objeto em tela. No entanto, o tal projeto de lei será aprovado a toque de caixa e em regime de urgência, melhor, aprovado por todo mundo, talvez, até, aprovado de uma forma simbólica.

É lamentável que nós, parlamentares e a Mesa Diretora desta Casa, permitamos isso. É lamentável permitir que se continue a tratar esta Casa com tanto descaso e com tanta desimportância.

Por isso, apelo aos colegas e apelo, mais uma vez, à Mesa Diretora para colocar esses projetos a fim de nós apreciarmos, discutirmos e apresentarmos a nossa colaboração.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gika pelo tempo de 5 minutos e, logo em seguida, o deputado Carlos Geilson.

Peço desculpas por não ter seguido a ordem. Mas como esta é uma sessão tranquila, acredito que todos usarão da palavra.

O Sr. GIKA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, galerias, funcionários, TV Assembleia, vim aqui, hoje, falar de duas situações: uma alegre e uma triste.

Hoje, temos a alegria de anunciar mais um aniversário do (lê) “Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal – Consisal – que abrange uma área de 21.256,50 km² e é composto por 20 municípios: Araci, Candéal,

Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Nordestina Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia, Valente, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos e Tucano.

A população total do território é de 582.331 habitantes; dos quais 33.149 vivem na área rural, o que corresponde a 57,21% do total. Possui 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas como 2 comunidades quilombolas e 1 comunidade de terras indígenas.

O Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal – Consisal – é uma associação pública de Direito Público, fundado em 05 de agosto de 2010, com base na Lei Federal 11.107, após um longo processo de articulação para o desenvolvimento de políticas públicas nos 20 municípios que compõem o Território do Sisal/Ba.

O Consisal tem como missão 'Promover o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios que integram o Território, propiciando o bem-estar de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada'. Sua atuação abrange 21 áreas distintas, entre elas abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais, gestão de resíduos, gestão ambiental compartilhada, habitação de interesse social, manutenção de estradas vicinais, implantação de abatedouros e frigoríficos regionais, capacitação de gestores municipais, educação profissional, saúde, apoio à agricultura familiar e a economia solidária, entre outras.

Em cinco anos de história de participação no Consórcio dois anos geridos por Irmã Cecília e completando 03 anos de gestão em março de 2016 vem sendo exercido brilhantemente pelo prefeito de Serrinha Osni Cardoso, que garante continuar a incentivar iniciativas que fomentam a gestão de empreendimentos, que impulsionam a economia territorial e garante o desenvolvimento do Território do Sisal, essa é a missão do Consisal, seguiremos em frente com o trabalho, fortalecendo os projetos desenvolvidos pelo consórcio.”

É isso aí. Então Osni Cardoso está conduzindo esse projeto, que é o Consórcio do Sisal, muito bem e parabéns pelos 5 anos desse consórcio.

Minha tristeza é que o parceiro e amigo, o aboiador, um grande poeta, o cara que fez a cultura Nordestina, que é o Manoelzinho Aboiador, morreu e foi enterrado ontem com 78 anos. Chegou em Serrinha em 1967 e fez grande trabalho na área da cultura como em Vaquejada, Cavalgada, na Pega de Boi do Mato. Enfim, em tudo que envolvia o esporte do cavalo, esse rapaz, Manoelzinho Aboiador, fez ali o nome. Por isso, fico aqui com uma tristeza muito grande, porque Serrinha, a Região do Sisal, Semiárido, a Bahia– e por que não o Brasil – perdeu um dos grandes poetas da cultura nordestina.

É isso aí. Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas a pouco ouvi atentamente o discurso do deputado Luciano Ribeiro e é necessário que se

abra um debate sobre a atuação do legislador estadual.

Praticamente não se debate, não se discute projetos dos parlamentares e todos os projetos que são apresentados acabam em vício de iniciativa com o argumento que esse ou aquele projeto é inconstitucional porque cria despesas para o Executivo, porque o projeto tal tem que ser de iniciativa municipal ou tem que ser de iniciativa do Congresso. E nós deputados estaduais estamos imprensados, as Assembleias imprensadas entre as Câmaras Municipais e o Congresso Nacional. É necessário que se reveja isso e que aprovemos, aqui na Casa, a PEC apresentada pelo deputado Luciano Ribeiro. Tenho diversos projetos que tramitam na Casa. Muitos estão engavetados, que não receberam nem ainda Parecer. A população cobra. O que afinal de contas faz o Parlamento Estadual, a não ser aqui funcionar como uma Casa homologatória onde a maioria diz “sim” às iniciativas do governo do Estado? Ou alguém supõe ou pressupõe que algum projeto do governo ou do Executivo seja vetado nessa Casa, seja derrubado? Então nós ficamos aqui para dizer “sim” ou “não”: a Oposição em minoria diz “não”, a Situação na maioria diz “sim” ao governo.

Os governos estaduais reinam nesse Estado livre soberanamente e a Casa perde o seu papel precípuo e importante que é de fiscalizar o Executivo. Que maioria fiscaliza o Executivo, a não ser dizer amém? Os projetos dos deputados não são votados, não são debatidos, não são levados a plenário. Vários projetos nossos que vão de encontro aos interesses da sociedade esbarram em uma série de “senões”: “Ah, aquele projeto é inconstitucional”. “Não, não, esse projeto não pode”. “Esse projeto vai criar despesa para o Executivo”.

Obviamente que nós temos que partir de uma razoabilidade, nem todo projeto deve ser aprovado, mas tem projetos que devem ser debatidos e levado em conta o interesse social, o interesse da população. Estou aqui na Casa – já fui membro e vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça – e observo que o que pode aqui é deputado apresentar um projeto que institui semana disso e semana daquilo. Mas isso não muda a vida do cidadão, isso não beneficia o cidadão e a cidadã em nada.

Temos que estar antenados com os anseios da sociedade. O que a Assembleia Legislativa tem produzido para o interesse da sociedade baiana? Esse Parlamento, que é importante, que é a voz do povo, e que custa caro à sociedade, não pode ficar apenas e simplesmente aguardando os projetos do Executivo. Esse governo tem poucos projetos e nós ficamos a apresentar as nossas teses, os nossos discursos e eu, como um deputado que não tem falta, tenho que ouvir: “Ah, deputado que usa a tribuna e que fica no Parlamento, esse é prejudicado. Quem quer ter voto tem que ficar no interior”. É claro que ficamos no interior, mas aqui é o nosso trabalho, esta é a nossa Casa, é da lida do dia a dia. Como é que a gente fica fora como deputado que não comparece às sessões? É óbvio que vai ter sessão que não dará para comparecer, que tem fatos que são alheios à nossa vontade. Mas o Parlamento tem que estar vivo, tem que ser a caixa de ressonância da sociedade e não apenas realizar sessões com as cadeiras vazias, as poltronas vazias, poucos parlamentares. O que nós vamos justificar para a sociedade? Uma Casa como esta: tão plural de ideias e tão importante, e ao mesmo tempo tão cara para a sociedade.

Portanto, fica aqui mais uma vez o meu apoio a PEC do deputado Luciano Ribeiro. Temos que mudar essa questão e também os projetos dos deputados devem

ser votados, debatidos. Ora, o que for inconstitucional que o governo apresente a inconstitucionalidade, que vete o projeto. Mas não podemos ficar aqui, entrar dia e sair dia, semana e semana, entrar mês e sair mês apenas a votar projetos do Executivo. Sabe-se que o governo adquiriu essa maioria, e todo governo tem maioria, o cara se elege na Oposição e no outro dia já está no governo. E por que mudou repentinamente? Mudou pelos olhos do governador? Mudou pela fala macia do governador? Foi isso o que se prometeu em campanha?

É necessário que façamos a nossa autoavaliação, para aí, sim, tentarmos mudar a imagem do Parlamento junto à sociedade. Sem isso vamos ficar encurralados. E, na opinião pública, este é um Parlamento ou as outras Casas Legislativas podem passar despercebidas que pouco faz falta à população?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, colegas da Imprensa, funcionários e visitantes presentes às Galerias Paulo Jackson, gostaria de registrar que foi dito aqui que na visita do diretor-geral do Detran não foi feito nenhum questionamento. Isto não é verdade. O Sr. Maurício Bacelar foi questionado em relação à existência de mais de 400 empresas da vistoria veicular. Nós o questionamos. Ele disse que o governo não poderia fiscalizar. Segundo o diretor, tratava-se de economia de mercado, e o que estamos vendo é reserva de mercado.

Quero apelar para o Líder da Minoria nesta Casa. Eu estava acompanhando ontem a TV Senado, e o senador Caiado disse que tem mais de 20 anos no Congresso Nacional, mas não conseguia, deputado Sandro Régis - ele e as oposições -, pautar nada lá. E que agora vê com alegria que aquela Casa e as oposições conseguiram a independência atuando em defesa do Brasil.

Fazemos este mesmo apelo a esta Assembleia. Ontem, o colega deputado Luciano Simões Filho deu entrada a um pedido de CPI com 21 assinaturas. A imprensa disse que não adiantaria nada, porque sabe da fragilidade do Parlamento baiano. Funcionamos aqui praticamente como uma Secretaria avançada do Estado. O que o governo quer ele emplaca. Tem uma maioria esmagadora.

Esse pleito do deputado Luciano trata duma denúncia gravíssima: mais de R\$ 200 milhões não pagos e 193 obras paralisadas! Isso, sim, é motivo de investigação. Cumprindo com o seu dever, conseguiu 21 assinaturas. Mas já tomamos conhecimento que o deputado Robinho, ligado ao governo, retirou a dele. Sendo assim, a imprensa tinha toda a razão: segundo ela, a nossa CPI era natimorta. Isso confirmou a fragilidade desta Casa.

Ao mesmo tempo, queremos enaltecer o Líder Sandro Régis. Em uma reunião na segunda-feira, ele conseguiu convencer as oposições, e visitaremos as obras paralisadas na Bahia para que nenhum deputado do governo venha a enganar a sociedade falando que elas estão em andamento.

Em Vitória da Conquista, a pista do aeroporto está pronta. Falta a licitação

da barragem do Rio Gavião. Abandonaram a licitação.

As UPAs não avançam. Temos um registro no Ministério da Saúde canalizando mais de R\$ 2 milhões para aquela cidade. Uma UPA está abandonada, e a segunda não saiu do papel.

Agora temos esta missão de visitar as regiões com a presença do maior número de deputados da Oposição. Fiquei ao lado do deputado Leur Lomanto. Seremos responsáveis pelas cidades de Vitória da Conquista e Jequié. Mostraremos e provaremos as obras inacabadas e abandonadas pelo governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Eduardo Salles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero utilizar este espaço, para dizer que estamos passando por um problema econômico muito grave, não só no Brasil, mas no mundo todo.

Este momento já é de restrição do emprego, já é um momento diferenciado com relação às questões do dia a dia do trabalhador. Um momento como este... não queria colocar claramente que ninguém debaterá uma ação definitiva. O Supremo Tribunal Federal permitiu que no espaço privado possa ser cobrado o estacionamento em Salvador e na Bahia.

Não estamos aqui para questionar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Isso já está definido. Estamos aqui porque fomos procurados pelos trabalhadores e lojistas dos shoppings centers, pelo fato de sermos deputados com uma frente parlamentar da pequena e microempresa, para ajudá-los neste momento difícil.

Os shoppings centers de Salvador começaram a cobrar o estacionamento de forma extorsiva, R\$ 6,00 por duas horas de estacionamento. Volto a dizer que ninguém está questionando a cobrança, falamos dos valores distorcidos e de que uma pessoa não pode ser obrigada a pagar por duas horas, se não quiser permanecer durante todos esse tempo. A pessoa deve ter o direito de pagar o valor proporcional a 1 hora, por exemplo.

Em relação aos trabalhadores está sendo cobrada uma taxa de R\$ 150,00 para carros e R\$ 70,00 para motos. Um trabalhador tem um contrato de trabalho. Querem mudar o contrato com o mesmo em andamento. Esse trabalhador vive da sua comissão, e com a crise a economia está em baixa, consequentemente, suas vendas diminuem, então, além de serem penalizados nesse aspecto, também querem penalizar os trabalhadores quando cobram pelo estacionamento de seus carros. Alguns trabalhadores ganham um pouco mais de um salário mínimo.

Entrei com uma denúncia no Ministério Público do Trabalho, já fomos convocados e tivemos uma audiência na semana passada. Não aceitamos qualquer proposta dos shoppings centers, os donos dos shoppings não conseguirão emplacar qualquer tipo de pagamento aos trabalhadores. Isso não é justo. Não aceitaremos esse pagamento.

O segundo ponto da nossa ação, foi uma denúncia no Ministério Público da

Bahia e uma ação civil pública. Foram feitas duas ações no meu setor jurídico para que haja a suspensão imediata da cobrança de estacionamento nos shoppings, em função da razoabilidade, do valor abusivo que é cobrado: R\$6,00 por duas horas.

Nos outros estados o valor cobrado não é abusivo. Pesquisamos em Aracaju, em Fortaleza, no Espírito Santo em Santa Catarina. O Ministério Público já ganhou a causa e já fez os shoppings reduzirem esses valores. Também queremos o fracionamento.

Ontem participei, a convite da Associação dos Lojistas do Salvador Shopping, quase 200 lojistas estavam presentes e relatamos as ações que estamos executando. E em cima dessas ações, após horas de discussão, eles decidiram apresentar ao Shopping Salvador – e as associações dos outros shoppings também vão ser mobilizadas para isso – a sugestão de que, em vez de R\$ 6,00 por 2 horas, cobre R\$ 1,50 por hora. Com isso, vai-se levar novamente para os shoppings o que eles consideram que é a grande âncora. Antigamente as grandes âncoras dos shoppings centers eram as grandes lojas, e, hoje, eles assumem que a grande âncora é a parte de alimentos, a praça de alimentação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Então, hoje, ninguém quer ir almoçar num shopping center, Sr. Presidente, para não ter que pagar R\$ 6,00 para estacionar.

Em minha visão, o shopping deveria até dar um crédito para quem tivesse uma nota fiscal. Eu, se fosse dono de shopping center... Acho que os donos de shopping centers estão dando um tiro no pé, porque deveriam dar um desconto a quem consumisse nos shoppings, ou até não pagaria o estacionamento quem consumisse lá.

Então, a Associação dos Lojistas do Salvador Shopping decidiu fazer uma carta para o Salvador Shopping, propondo R\$1,50 por hora e o fracionamento da hora. E se o Salvador Shopping não aceitar isso, eles vão entrar na Justiça com uma ação idêntica à que apresentei, com o meu setor jurídico, para proteger os funcionários dos shopping centers e os lojistas.

Em função das vendas, Sr. Presidente, terem caído até 70% os lojistas estão demitindo funcionários! Houve lojista que ontem disse, Sr. Presidente, que, dos 35 funcionários, vai demitir 15 esta semana por não ter condições de mantê-los, porque as vendas caíram entre 30% e 70%.

Então, esse é um trabalho para o qual peço a cumplicidade dos colegas deputados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, o Pequeno Expediente, conforme o Regimento, se encerra às 15h30min, mas como é uma sessão em que não existe polêmica, faremos um acordo aqui, porque alguns deputados precisam pronunciar-se.

O deputado Luciano, como Líder da Oposição, não quer fazer acordo.

Deputada Fabíola, infelizmente, a Oposição não quer fazer acordo. Então, eu

não posso...

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem da deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Gostaria de pedir ao nobre Líder da Oposição, em virtude de estarmos, aqui, num acordo, que se colocasse um deputado do governo e um da Oposição, para que nos pronunciemos, deputado Luciano. Um de cada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Luciano?

O Sr. Luciano Ribeiro:- O.K., Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado Luciano abriu mão para a deputada Fabíola, e será um de cada bancada: a deputada Fabíola e o deputado Luciano.

Com a palavra o deputado Luciano, e depois, para encerrar, a deputada Fabíola.

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Zó.

O Sr. Zó:- Sr. Presidente, dada a polêmica das falas, quero fazer um registro aqui. Sexta-feira, o prefeito Isaac Carvalho receberá o Título de Cidadão Baiano na Cidade de Juazeiro, às 19 horas, no Auditório Central da Universidade Federal do Vale do São Francisco, e quero fazer um convite. Foi uma proposição apresentada no ano passado pelo deputado Fabrício, mas nós queremos fazer o convite para que os deputados e a população baiana pudessem participar da entrega desse título. Inclusive, o presidente Marcelo Nilo vai prestigiar o evento, que será sexta-feira, às 19 horas, em Juazeiro.

Quero só fazer essa lembrança do reconhecimento do título de cidadão, tão merecido, concedido ao prefeito Isaac Carvalho, de nossa cidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O registro está feito.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, amanhã esta Assembleia Legislativa vai conceder a Comenda 2 de Julho ao Prof. Fernando Santana. Gostaria de convidar todos os parlamentares a se fazerem presentes amanhã, às 9 horas, neste Plenário, para que possamos entregar essa medalha, merecida e justa, ao Dr. Fernando Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Simões, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos.

Senhores da imprensa, senhores nas Galerias, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna para tratar do assunto de ontem: a CPI das Pedaladas Baianas, perpetradas pelo governo estadual. Só lembrando o atraso no pagamento de mais de 200 milhões de reais das 193 obras que estão inacabadas em nosso Estado, venho informar que ontem foi dada entrada a um requerimento com 22 assinaturas. E fui informado pela Secretaria Geral da Mesa de que o deputado estadual Robinho retirou a assinatura, ficando assim 21, mantendo os requisitos que o

nosso Regimento Interno preza. Então, a CPI está valendo de todo. Quero aqui dizer que a Bancada da Oposição nesta Assembleia Legislativa está firme nos interesses da Bahia.

Lembro também que, em consequência da última reunião da nossa Bancada, iremos correr toda a Bahia. Dividimos o Estado em nove regiões, aonde iremos para ver em cada local a obra que está parada, qual foi o problema, quantas pessoas foram demitidas em cada uma das obras. No conjunto, até agora, essas demissões já somam mais de 6 mil baianos desempregados pelo descaso do governo estadual nas obras que foram licitadas. E o dinheiro foi repassado, principalmente o do governo federal.

A Comissão Parlamentar de Inquérito existe, já foi protocolada com as 21 assinaturas. São 18 nomes da nossa base de oposição, dois da Bancada independente e o nome do deputado Alan Sanches. Temos 21 e estamos firmes. Tenho certeza que o presidente Marcelo Nilo fará o melhor juízo dessa CPI, lembrando que é uma função nossa, do Parlamento, além de legislar, fiscalizar.

Quero falar à Bancada governista que esta é uma grande oportunidade de o governo do Estado mostrar transparência, dizendo exatamente o que fez com aquele dinheiro e por que não o empregou onde realmente deveria empregar. Estamos nós agindo pelos interesses da Bahia, firmes na Bancada da Oposição. A CPI está mais firme do que nunca!

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur. Para encerrar.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, integrantes das Galerias, quero saudar a todos primeiro e iniciar a minha fala saudando o secretário Jorge Portugal pelo seu aniversário, ele que tem a missão árdua de promover a cultura, tão rica e tão diversa em nosso Estado, com as limitações que nós reconhecemos no Orçamento. Tenho certeza que, junto com o aniversariante, a Fundação Cultural, o IPAC, a Fundação Pedro Calmon e o CCPI, Centro de Culturas Populares e Identitárias, vamos sensibilizar o governo estadual, que mesmo diante da crise deve ter um olhar diferenciado para essa área no sentido de tentar descontingenciar verbas que já são tão pequenas.

Tenho certeza também que o governador Rui Costa é sensível a este tema, haja vista que é um grande entusiasta do nosso grande espelho, o Neojiba. Temos de ter esse mesmo olhar para a Orquestra Sinfônica da Bahia, o Balé do TCA, Teatro Castro Alves, e tantos outros projetos culturais na nossa rica Bahia.

Inclusive quero saudar a Fundação Cultural e o IPAC pela magnífica exposição que abriu ontem, “Bahia é África Também”, deputados Isidório e Herzem, a qual tem máscaras, esculturas magníficas de Claudio Masella, um italiano que se apaixonou pela Bahia e deixou mil peças como Acervo Permanente do Solar Ferrão. Estando no Palacete das Artes, ele tem agora a oportunidade de ser visto por um novo público. A mostra vai ficar até o fim de setembro, me parece.

Quero já sugerir a esta Casa - estamos apresentando um requerimento - que façamos a edição de um livro sobre essas peças e essa exposição. A Bahia é riquíssima, quem aqui vem se apaixona, a nossa cultura tem raiz africana e muito da arte do século XX, sobretudo da escultura, foi pautado, tenho a certeza, na raiz africana.

Um segundo tema é que hoje estive, junto com o deputado Eduardo Sales, no lançamento de um movimento nacional que se chama “Compre do Pequeno”. Esse movimento, uma campanha nacional do Sebrae, que aconteceu na Fieb, vai exatamente estimular a nossa economia fazendo com que a sociedade civil entenda a importância da compra do microprodutor, do pequeno empreendedor. Nós temos 52% de todos os empregos formais vindos da pequena empresa. E isso é muito importante. Quando a gente compra na pequena padaria da periferia, do pequeno supermercado no interior, quando você vai à pequena pousada, estamos gerando uma cadeia produtiva importante, que gera empregos, dividendos para aquela prefeitura. Espero que possamos, dia 05 de outubro, quando se comemora o Dia da Pequena Empresa, fazer a aliança junto com o Sebrae. Isso é extremamente importante, porque mesmo no interior o pequeno produtor da agricultura familiar tem a possibilidade de ver os seus produtos comercializados, temos que cuidar do pequeno comércio.

E eu quero parabenizar o Sebrae nacional e o Sebrae local, através do seu superintendente, dr. Edval, por essa campanha.

Quero dizer em relação aos demais temas da CPI que temos que cuidar para que todo o pedido de esclarecimento, de informações, a exemplo das escolas, que pode ser um esclarecimento até da burocracia, ou da crise, vire uma CPI investigatória.

Particularmente, estive vereadora de Oposição ao governo Neto, muitas vezes, para criar uma CPI, tive dificuldade de colher assinaturas. Isso é prática normal, mas acho que temos um governo e uma Casa, deputado Hérzem, que devem ser, sim, transparentes, em nosso caso, ser fiscalizatória, que pode muito bem usar ferramentas democráticas através das suas comissões, pedir a visita dos secretários, pedir esclarecimentos sem que isso se torne um pedido de CPI...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada Fabíola.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- (...) para que não atrasemos os trabalhos legislativos.

Com a sua tolerância.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vou abrir mais um precedente aqui a pedido do nosso presidente de direito, que está descendo e não podemos negar, pois não foi possível marcar a presença.

Então, deputado José de Arimatéia e o deputado Marcell, vou abrir esse precedente colocando mais dois oradores.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, imprensa aqui presente, Canal Assembleia, serei breve, Sr. Presidente,

mas não poderia deixar de registrar que hoje, 5 de agosto, é o Dia Nacional da Saúde. Como vice-Presidente da Comissão de Saúde, não poderia deixar de lembrar que esta data é importante, Sr. Presidente, para que possamos discutir e incentivar o desenvolvimento das ações relacionadas à saúde pública, não só da nossa querida Bahia, mas também do nosso Brasil. Além de esclarecer a população sobre a prevenção e o tratamento.

Esta tem sido a minha luta nesta Casa desde que passei quatro anos como presidente da comissão. Encampamos essa luta da prevenção das doenças e, nesta data tão importante, quando sabemos que a saúde pública não vai bem, precisamos, sim, ter políticas efetivas e não só a nível de Bahia, mas também a nível de Brasil.

Era isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade e um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, boa tarde, o que me traz aqui é relembrar os debates ocorridos na nossa Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, hoje, visto que conseguimos convocar, nobre deputado Alan Sanches, a diretora do Inema, Sr^a Márcia Telles, para se posicionar contra as possíveis irregularidades das empresas que captam recursos de água do Rio Joanes. A própria comissão já enviou à mesma 2, 3, 4, 5 solicitações. Infelizmente, o descaso na resposta da mesma, acaba não deixando fluir os encaminhamentos da nossa comissão.

Outro assunto é referente à Baía de Todos os Santos. Já falei e quero repetir sempre, deputado Herzem, que temos a maior baía do País; a segunda maior baía do planeta, e sabemos que a empresa Brasken busca ampliar o seu porto, no porto de Aratu, destruindo uma unidade de conservação em um local chamado de A Prainha. Peço encarecidamente que o governo do Estado... A Brasken – diga-se de passagem, empresa envolvida no Lava a Jato –, deputado Eduardo Salles. Peço que o governo do Estado se conscientize o quanto antes e não deixe ampliar esse porto. Apresentei aqui 500 assinaturas da comunidade de Ilha de Maré pedindo pelo amor de Deus para não ampliar o porto de Aratu. São pessoas que estão morrendo lá. E fechar uma área de lazer para uma comunidade a troco de favorecer uma empresa gigantesca e, diga-se de passagem, uma empresa envolvida no Lava a Jato, é uma afronta a todos os baianos, aos soteropolitanos.

Sabemos que a Bahia já não tem muita área pública de lazer: as praias poluídas, os rios não existem mais. O ex-prefeito de Salvador fez questão de aterrar os rios de Salvador. Temos poucas praias bonitas na Baía de Todos os Santos e aprovar um projeto desse que pode vir a destruir uma área de lazer para beneficiar uma empresa X, que vai ganhar bilhões, trilhões acredito que não seria o correto. Precisamos rever todas essas nossas posturas. Não podemos deixar que isso aconteça, em pleno século XXI, com a questão ambiental na pauta do dia de todos os brasileiros. Isso na Bahia que já não tem um turismo ecológico, deputado Alex Lima.

Quando nos referimos a Natal ou ao Rio Grande do Norte, a primeira coisa em que pensamos são nas dunas de Natal. E as dunas que temos aqui estão sendo destruídas com a ampliação do aeroporto. E aí você pensa, deputado Zó, deputado Gika, nos parques da cidade. Vossas Excelências olham para os parques da cidade: o Parque Metropolitano de Pituaçu, Parque e Lagoas e Dunas do Abaeté, Parque da Cidade gerido pela prefeitura de Salvador, destruídos também.

Espero, deputado Eduardo Salles, que possamos rever novamente o turismo ecológico em nossa cidade. Do jeito que está a cada dia, a cada momento, não sabemos o que pode acontecer. Está aí um deputado atuante, Adolfo Viana, deputado digno de respeito, agradeço pela foto, que também está preocupado.

Então faço esse apelo ao governador do Estado, aos nobres deputados, à sociedade civil, às entidades ambientalistas, às ONGs, para que possamos lutar contra essa invasão do mercado imobiliário, essa invasão de grandes empresários que só estão destruindo o pouco patrimônio ambiental que temos.

Fico muito sentido e muito envergonhado de saber que essa ampliação do aeroporto está avançada. Recebi uma denúncia – e aí vamos ter oportunidade na próxima quarta-feira com a diretora do Inema, Sr^a Márcia Telles, que ela estaria recebendo, inclusive, pressão do governo do Estado ou sabe lá de quem, para tentar inibir, para tentar liberar a licença.

Outra coisa, quero, primeiramente, saudar a escola que chegou neste momento para ocupar as galerias desta Casa, e dizer, crianças, vou fazer um apelo, não visitem o Zoológico de Salvador, é uma vergonha, o animal ali não cometeu crime algum para estar preso e por pena perpétua. É preciso rever esse modelo de Zoológico. Então, aí os professores da escola que estão presentes, eu não estou conseguindo ler o nome, vamos incentivar as crianças a não criar animais e não ter, de fato, de colocar um zoológico onde levem as crianças. O animal não cometeu crime algum para estar preso e muito menos para cometer crime perpétuo, um animal que vive enjaulado, um animal que corre 300, 500 km estar enjaulado numa jaula de 10 metros.

Então, é inadmissível, no século XXI, ainda existir Zoológico em nossa cidade.

Saudações ecológicas, uma boa-tarde a todos, agradeço ao presidente Adolfo Menezes por essa oportunidade. Muito obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Eu gostaria de saudar os estudantes da Escola Municipal Vivaldo Costa Lino, do Santo Antônio Além do Carmo.

(Palmas.)

Infelizmente, caros jovens, vocês chegaram na hora em que a sessão está finalizando, não tiveram a oportunidade de ver o desenrolar de uma sessão normal. Acredito que ficará para uma outra visita.

O Sr. Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sargento Isidório.

O Sr. Sargento Isidório:- Sr. Presidente, de qualquer forma eu gostaria de dizer

aos estudantes, que são o futuro desta nação, o maior patrimônio de uma nação são os seus estudantes, é a sua juventude. Eu gostaria, em nome de todos os deputados desta Casa, de parabenizar vocês, não só o Pastor Sargento Isidório, mas em nome de todos os deputados e deputadas dar as boas vindas a vocês. E dizer que esta Casa é de vocês, na hora que quiserem visitar podem retornar, já estávamos terminando, concluindo os trabalhos. Mas, esta Casa é de vocês, é de todos os baianos, e amanhã serão vocês, homens e mulheres que poderão estar aqui sentados na posição, inclusive, de deputados e deputadas.

Um abraço do Pastor Sargento Isidório, para todos vocês.

(Palmas.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem, mas, em primeiro lugar, quero saudar os estudantes, agradecer aos professores, também falar das pessoas que trabalham aqui nessa área de recepcionar os estudantes. Eu tenho acompanhado aqui as pessoas, servidores desta Casa que acompanham esse trabalho de recepcionar, de falar um pouco para os estudantes o que é o Parlamento, e sinto que, realmente, nós precisamos fazer referência às pessoas que trabalham, propagandeando, inclusive, esta Casa que, às vezes, é tão criticada em diversos momentos.

Presidente, antes de fazer a questão de ordem, eu queria dizer que hoje vi aqui duas matérias circulando, uma sobre essa questão de que havia o interesse do governo, do Inema com relação à discussão da Prainha, sobre ser ou não ser área industrial.

Nós estamos discutindo, eu acho que é necessário uma ampliação do Porto de Aratu, mas essa área ela não deve ser motivo de debate nesse projeto que, certamente, virá para esta Casa, seja do ponto de vista de área ambiental ou área industrial. Acho que ela deve permanecer da forma como ela se encontra, atendendo, inclusive, aos turistas e às pessoas que visitam uma área, sem, necessariamente, a gente criar uma redoma para um lado ou para outro, o que, na minha opinião, não ajudaria do ponto de vista daquilo que se pensa sobre aquele local.

A outra questão que eu queria aqui, mais ou menos, reforçar é dizer e deixar registrado que eu vi uma matéria que tenta descaracterizar uma lei que nós aprovamos aqui, nesta Casa, por unanimidade, que foi a Lei Anticalote. Hoje vi uma manifestação dos supostos pequenos empresários falando que esta lei irá gerar desemprego. Não é verdade! Não foi esse o objetivo desta Casa. O objetivo foi regular e evitar que aconteça situações como essa que está aí. Greve de servidores terceirizados em todas as áreas do governo, muitas vezes, fruto da incapacidade dessas empresas em atender os serviços. Como disse ontem aqui, o governo não estava com atraso de pagamento, mas as empresas, por incapacidade, fizeram com que os servidores entrassem em greve.

Então, na realidade, não terá desemprego com a aplicabilidade da Lei Anticalote, muito pelo contrário. O objetivo da lei foi preservar os empregos.

Garantir as condições de trabalho, e que as empresas tenham capacidade, além de executar o serviço, de garantir o pagamento corretamente dos trabalhadores que, muitas vezes, ficam penalizados com as empresas que fecham suas portas. Outras empresas são criadas, às vezes, com o mesmo empresário e não paga aos trabalhadores.

É com esse objetivo que queria deixar registrado aqui a nossa posição. A Lei Anticalote tem o objetivo de garantir o direito dos trabalhadores, e não de gerar desemprego, como tentam passar hoje nas redes de comunicação - algumas delas do nosso Estado - a partir de um agrupamento que se intitula organizadores dessas micro e pequenas empresas. Muito pelo contrário! Acho que eles devem se respeitar, respeitar esse parlamento aqui. A lei não gera nenhum tipo de desemprego. Eles devem respeitar os trabalhadores e não fazer o que têm feito. Lógico que estou falando de uma parte desse segmento empresarial, respeitando aqueles que cumprem as obrigações.

Nesse sentido, queria pedir uma verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal F. Caldas):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Marcell Moraes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal F. Caldas):- Pela ordem, deputado.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de saudar a Escola Municipal Vivaldo da Costa Lima, cujos estudantes estão aqui presentes, do Santo Antônio Além do Carmo.(Palmas.)

É uma satisfação poder contar com a participação de vocês. É preciso mostrar o outro lado. Muitas vezes o que aparece na imprensa é uma inverdade. Vocês estão vendo deputados trabalhando, deputados apresentando projetos em benefício do nosso Estado, e é altamente importante trazer as crianças para aprenderem e mostrar como é importante vocês acompanharem o dia a dia de um parlamentar que, com certeza, através de projeto de lei pode conseguir mudar a vida.

E, no mais, parabenizar o deputado Rosemberg pela colocação dos seus posicionamentos. Mas, o que quero destacar é sobre a prainha. É melhor deixar como está mesmo. É uma área de lazer altamente importante para nossa sociedade, para nosso Estado. Precisamos preservar a Baía de Todos-os-Santos.

Então, agradeço e parabenizo o deputado, e que possamos ter mais deputados atuantes, que se incorporem nesse discurso ambientalista para que possamos, cada vez mais, preservar o nosso maior patrimônio, que é a Baía de Todos-os-Santos. A maior Baía do País, a segunda maior do planeta. E levamos o nome baiano devido à Baía de Todos os Santos. Esse patrimônio deve ser intocável, e vamos conseguir chegar lá. Saudações ecológicas. Agradeço ao Presidente a tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Quero, como Presidente, reiterar os nossos parabéns, as nossas felicitações pela visita dos professores e estudantes da Escola Vivaldo da Costa Lima. (Palmas.) Quero dizer para vocês que fica aqui formalizado um convite para que vocês venham um dia mais cedo e presenciem uma sessão.

Sugerimos, inclusive, um dia de terça-feira que é dia de debates e votações. E

dizer de maneira sucinta que um sistema democrático de governo é formado por 3 poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Cabe ao Poder Legislativo elaborar as leis e fiscalizar o Executivo. Cabe ao Executivo, como o próprio nome já diz, executar o que está autorizado. E cabe ao Judiciário interpretar as leis e cumpri-las.

O primeiro e grande Poder de uma nação é o Poder Legislativo porque é um colegiado. É o Poder mais representativo da sociedade porque nele estão representados todos os segmentos da sociedade. Ele é quem dá posse ao Executivo e, inclusive, que o destitui na forma dos casos previstos na lei.

Mas é salutar que vocês assistam a uma sessão num dia de votação, num dia de terça-feira, por exemplo, no qual sempre temos votações, porque é bastante instrutivo.

Nós sentimos honrados com as presenças de vocês. Parabéns!!

E atendendo à questão de ordem do nobre deputado Rosemberg Pinto, verificamos que não há número legal para continuidade da presente sessão, motivo pelo qual a declaro encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php> Acesse e leia-as na íntegra.